



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 860/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1660/2014 (02 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Policlínica Zeno Lanzini.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sra. Cleomirtes da Silva Sales, Diretora Geral e Ordenadora de Despesas da Policlínica Zeno Lanzini.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação Conclusiva nº. 181/2015 (fls. 241/243).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 1194/2015-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 244/244v).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Policlínica Zeno Lanzini. Exercício 2013.

Contas irregulares. Multa. Prazo. Cobrança executiva.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregular Prestação de Contas da Policlínica Zeno Lanzini, exercício de 2013, de responsabilidade da senhora **Cleomirtes da Silva Sales** (Diretora Geral e Ordenadora de Despesas), nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 188, II, § 1º, III, “b” e “e”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa à responsável, senhora Cleomirtes da Silva Sales (Diretora Geral e Ordenadora de Despesas), nos termos dos arts. 1º, XXVI, da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 5º, XXVI, da Resolução nº 04/02, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, I, II e VII, da Lei n.º 2423/96 (Lei Orgânica) e no art. 308, III, IV, “b” e VI, da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno), em virtude da caracterização de grave infração à norma legal (art. 24, II da Lei nº. 8.666/93), ao efetuar aquisição de bens e serviços da mesma natureza sem o devido processo licitatório ou através de vários procedimentos licitatórios que poderiam ser realizados de uma só vez.

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 860/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor Presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral, em substituição